



RESULTADO DA ANÁLISE DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

O Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek, organizador do Concurso Público da Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, nos termos do Edital de Abertura nº 001/2026, torna público o resultado da análise dos recursos interpostos contra o gabarito preliminar da prova objetiva para o cargo de Professor Ensino Fundamental Anos Finais – Educação Física.

Das Disposições Gerais

Os recursos contra o gabarito preliminar foram recebidos e submetidos à apreciação da banca examinadora, nos termos do Item 17 do Edital de Abertura nº 001/2026, observando-se os critérios formais e técnicos estabelecidos para esta fase do certame.

Em conformidade com o Edital, foram observadas as seguintes regras para os recursos contra o gabarito preliminar:

- Envio exclusivamente para o e-mail indicado no Edital, dentro do prazo previsto no Cronograma de Execução, com preenchimento obrigatório do campo “ASSUNTO” no padrão definido pela banca (Itens 17.2 e 17.3);
- Formalização por meio do Formulário de Recurso do ANEXO IV, devidamente preenchido, assinado e digitalizado em arquivo único no formato PDF. Não são aceitos recursos no corpo do e-mail, em formato de imagem ou por links de compartilhamento; arquivos em extensão diversa de PDF são preliminarmente indeferidos (Itens 17.4, 17.4.1 e 17.6);
- As alegações devem estar fundamentadas em bibliografia técnica, citação de autores ou fontes oficiais, com anexação das cópias das páginas citadas quando o recurso for contra o gabarito, quando necessário (Item 17.7);
- Para o envio, o candidato deve preencher, fundamentar, assinar e digitalizar o formulário, anexar as páginas das fontes citadas quando necessário e encaminhar o recurso por e-mail, observando também as informações que podem constar no corpo da mensagem (Item 17.8);

É indeferido liminarmente o recurso enviado fora do prazo, sem utilização do formulário oficial, sem fundamentação lógica e técnica ou com teor desrespeitoso contra a banca examinadora ou a Administração Pública (Item 17.9). O Instituto JK não se responsabiliza por e-mails não recebidos por falhas técnicas ou de conexão, recomendando-se a manutenção do comprovante de envio (Item 17.12).

Nos termos do Item 17.5, não são enviadas respostas individuais aos candidatos, ressalvada a hipótese expressamente prevista no próprio Edital.

Dos Recursos Deferidos

Os recursos julgados procedentes podem resultar nas seguintes providências:

- Alteração de gabarito: se houver alteração do gabarito preliminar por força do provimento de recurso, as provas objetivas de todos os candidatos serão recorrigidas de acordo com o Gabarito Definitivo (Item 17.11).
- Anulação de questão: se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a respectiva pontuação será atribuída a todos os candidatos que realizaram a prova para aquele cargo, independentemente de terem recorrido ou não (Item 17.10).



As decisões deferidas são registradas no quadro de resultados conforme a providência determinada pela banca examinadora, sem reprodução de justificativa quando o resultado já determina a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

Dos Recursos Indeferidos

Os recursos julgados improcedentes são aqueles que, após análise técnica, não resultam em alteração ou anulação da questão impugnada.

Nesses casos, o gabarito preliminar é mantido para a questão correspondente, acompanhado, neste documento, da fundamentação disponibilizada pelo elaborador/banca examinadora.

A Banca Examinadora do Instituto JK constitui a última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões e não cabendo novos pedidos de revisão após o Gabarito Definitivo, conforme o Item 17.13 do Edital.

Da Vinculação ao Edital e à Banca Examinadora

A análise dos recursos permanece vinculada às regras do Edital de Abertura nº 001/2026 e às decisões da banca examinadora, especialmente às disposições do Item 17 relativas à interposição, apreciação e efeitos dos recursos.

Das Considerações Finais

O Instituto JK reafirma seu compromisso com a transparência, a isonomia e a análise técnica dos recursos, observando as disposições do Edital de Abertura nº 001/2026.

Para fins de apresentação deste resultado, os recursos referentes à mesma questão foram consolidados em uma única entrada, mantendo-se a decisão e a fundamentação fornecidas pela banca/elaborador. Nas questões deferidas, registra-se somente a decisão da banca. As questões indicadas como pendentes permaneceram reservadas para complementação antes da publicação definitiva.

Coordenação de Concursos
Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek



CARGO: PROFESSOR ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA

RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
03	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. Ainda que a diagramação do texto-base possa gerar dúvida quanto à contagem do subtítulo e de determinadas quebras gráficas como parágrafos, essa circunstância não compromete a resolução da questão. As indicações entre parênteses funcionam apenas como referências auxiliares. As alternativas não apresentam somente uma palavra isolada que precisasse ser localizada no texto. Cada uma reproduz um trecho suficientemente amplo para identificar a passagem e compreender seu contexto: "... para discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação..."; "...precisamos das escolas, da assistência social e da segurança pública na mesma mesa."; "...o paciente não se perca no sistema, mas seja sempre o centro dele."; "...garanta a transversalidade entre as secretarias envolvidas." Esses fragmentos são únicos, facilmente reconhecíveis no texto e contêm as informações necessárias à análise. O candidato, após a leitura do texto-base, poderia avaliar diretamente o sentido das expressões reproduzidas, sem depender da numeração dos parágrafos ou da necessidade de localizar novamente cada passagem. O comando solicita a identificação da expressão empregada em sentido figurado. Na alternativa (B), "na mesma mesa" não se refere literalmente a um móvel, mas à integração, ao diálogo e à atuação conjunta entre escolas, assistência social e segurança pública. Portanto, a resposta pode ser obtida pelo próprio contexto apresentado na alternativa. Eventual imprecisão na indicação de um parágrafo somente justificaria a anulação se impedisse a identificação do trecho ou produzisse dúvida sobre o objeto analisado. Isso não ocorre, pois as passagens foram transcritas nas alternativas de maneira clara e contextualizada. Assim, não houve prejuízo objetivo nem possibilidade de indução ao erro na identificação da resposta. Mantém-se como gabarito a alternativa (B). Quanto à indicação dos parágrafos, eventual divergência decorre da forma como se consideram o subtítulo e algumas quebras gráficas do texto. Essa referência, contudo, é apenas auxiliar e não interfere na resolução, pois as alternativas reproduzem trechos amplos, únicos e facilmente identificáveis. O candidato não precisava localizar novamente as passagens para compreender o contexto ou analisar as expressões destacadas. Também não procede a alegação de dupla resposta. Na alternativa (C), o segmento efetivamente destacado é apenas "no sistema", e não toda a construção "não se perca no sistema". A palavra "sistema" foi empregada em sentido próprio para designar a rede organizada dos serviços de saúde. O próprio texto menciona a Atenção Básica, o Caps, a atenção hospitalar e o fluxo entre esses serviços, confirmando esse significado



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		técnico. O efeito figurado apontado pelo candidato resulta da associação do verbo “perder-se” ao complemento “no sistema”. Entretanto, o verbo não integra a expressão destacada. Além disso, as ideias de “descontinuidade do cuidado”, “invisibilidade do paciente” e “falhas do sistema” são ampliações interpretativas, não sentidos inerentes ao segmento sublinhado. Na alternativa (B), diferentemente, a própria expressão destacada “na mesma mesa” apresenta sentido figurado. Ela não indica que escolas, assistência social e segurança pública devam ocupar literalmente um móvel, mas que precisam dialogar e atuar conjuntamente. Portanto, as referências aos parágrafos não causaram prejuízo objetivo, e não há duplicidade de respostas. Mantém-se como gabarito a alternativa (B).
04	ANULAÇÃO DE QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	INDEFERIDO. O recurso interpreta as vírgulas isoladamente e desconsidera que elas formam um par empregado para marcar a intercalação do adjunto adverbial “nesta semana”: “O Centro [...] sediou, nesta semana, o Seminário [...]” As vírgulas não foram empregadas para separar diretamente o verbo “sediou” de seu objeto “o Seminário Intersetorial de Saúde Mental”. Sua função é delimitar um termo intercalado. A retirada conjunta do adjunto e das duas vírgulas evidencia a estrutura fundamental: “O Centro de Atenção Psicossocial [...] sediou o Seminário Intersetorial de Saúde Mental.” Portanto, permanece preservada a ligação sintática entre o verbo e seu objeto direto. A regra que proíbe a vírgula entre verbo e complemento não impede o isolamento de um adjunto adverbial inserido entre esses elementos. Assim, a afirmação I está correta: as duas primeiras vírgulas destacam o adjunto adverbial de tempo intercalado “nesta semana”. As demais afirmações também estão corretas: a terceira vírgula introduz o aposto explicativo “evento que reuniu [...]” e pode ser substituída por travessão; a última vírgula separa os elementos enumerados “profissionais da rede municipal, gestores e pacientes”, que exercem a mesma função sintática. Logo, não há fundamento para alteração do gabarito. Mantém-se a alternativa (D), pois as três afirmações estão corretas. O recurso parte da interpretação equivocada de que o aposto explicativo termina antes de “gestores”. Na realidade, no período, o aposto é o substantivo “evento”, o qual é caracterizado pela oração subordinada adjetiva restritiva “que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes”. Assim, entende-se que essa oração adjetiva é o adjunto adnominal, isto é, é uma extensão do núcleo “evento”. A vírgula depois de “rede municipal” não encerra o aposto. Ela apenas separa os elementos da enumeração “profissionais da rede municipal, gestores e pacientes”.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Portanto, não se trata de uma suposta “quarta vírgula” destinada a fechar a expressão explicativa. Quando o aposto está no final do período, ele pode ser introduzido por um único travessão e encerrado pelo próprio ponto-final: “O Centro [...] sediou o Seminário Intersectorial de Saúde Mental — evento que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes para discutir [...] no município.” A substituição apenas da terceira vírgula pelo travessão mantém, assim, a correção gramatical e o sentido explicativo. Não seria adequado inserir outro travessão antes de “gestores”, pois isso interromperia indevidamente a enumeração e excluiria parte do conteúdo que integra o aposto. A afirmação III, como reconhece o próprio candidato, está correta, pois a última vírgula separa termos que exercem a mesma função sintática do objeto direto do verbo “reuniu”. A afirmação I também está correta, já que as duas primeiras vírgulas isolam o adjunto adverbial intercalado “nesta semana”. Logo, as afirmações I, II e III estão corretas. Mantém-se como gabarito a alternativa (D). O recurso delimita inadequadamente a extensão do aposto explicativo. No período, o núcleo do aposto é o substantivo “evento”, acompanhado da oração subordinada adjetiva restritiva “que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes”. Essa oração, por sua vez, contém a oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo “para discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento no município”, que expressa a finalidade da reunião dos profissionais, gestores e pacientes. Assim, todo o segmento abaixo exerce função apositiva em relação a “Seminário Intersectorial de Saúde Mental”: “evento que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes para discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento no município.” O segundo travessão sugerido no recurso, depois de “pacientes”, encerraria o aposto antes da oração “para discutir [...]” e separaria indevidamente essa oração final da forma verbal “reuniu”, à qual ela se vincula semanticamente. No contexto, foram os profissionais, gestores e pacientes que se reuniram com a finalidade de discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento. Portanto, o aposto explicativo estende-se até o final do período, não estando intercalado entre partes da oração principal. Por essa razão, basta um travessão antes de “evento”; o ponto-final encerra toda a construção: “O Centro [...] sediou o Seminário Intersectorial de Saúde Mental — evento que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes para discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento no município.” Nesse caso, o travessão não fica “aberto”. O emprego de dois travessões é necessário quando o termo explicativo está intercalado e, depois dele, há continuidade da estrutura principal. Quando o aposto se prolonga até o final do período, pode ser introduzido por um único travessão e encerrado pelo



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		ponto-final. Assim, a substituição apenas da terceira vírgula por travessão mantém a correção gramatical e a coerência do trecho. A afirmação II está correta, assim como as afirmações I e III. Mantém-se como gabarito a alternativa (D). Não é sintaticamente admissível interpretar que o aposto se encerre em “evento que reuniu profissionais da rede municipal”. Se isso ocorresse, os termos “gestores e pacientes” ficariam sem vínculo sintático com o verbo “reuniu”, formando um fragmento desconectado da oração. A vírgula depois de “rede municipal” não encerra o aposto. Ela separa elementos coordenados de uma enumeração: “profissionais da rede municipal, gestores e pacientes”. Os três termos exercem a função de objeto direto do verbo “reuniu”. Além disso, a oração reduzida “para discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento no município” expressa a finalidade da reunião desses profissionais, gestores e pacientes. Portanto, todo o segmento iniciado por “evento” exerce função apositiva e estende-se até o ponto-final: “evento que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes para discutir o aprimoramento das políticas públicas e a qualificação do acolhimento no município.” Como o aposto ocupa a parte final do período, pode ser introduzido por um único travessão: “O Centro [...] sediou o Seminário Intersectorial de Saúde Mental — evento que reuniu profissionais da rede municipal, gestores e pacientes para discutir [...] no município.” A leitura sugerida no recurso não constitui uma segunda interpretação gramaticalmente válida, pois interrompe indevidamente o aposto e deixa termos sem conexão sintática. Logo, não há ambiguidade na afirmação II. Assim, a substituição da terceira vírgula por travessão mantém a correção gramatical e a coerência. As afirmações I, II e III estão corretas, permanecendo como gabarito a alternativa (D).
05	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. Ainda que a diagramação do texto possa gerar dúvida quanto à contagem do subtítulo ou de algumas quebras gráficas como parágrafos autônomos, essa circunstância não compromete a resolução da questão. As indicações entre parênteses são apenas referências auxiliares. Cada alternativa reproduz um trecho amplo e suficiente para identificar a ocorrência do “que” e analisar sua função: “Este seminário é a prova de que, quando a gestão ouve a ponta, as políticas públicas deixam de ser papel...” “Aqui, aprendi que sou um cidadão.” “Debates como este nos alinham para que o paciente não se perca no sistema...” “...um plano de ação municipal que fortaleça a linha de cuidado



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		em saúde mental..." Portanto, o candidato não precisava retornar ao texto-base nem depender da numeração dos parágrafos para reconhecer as estruturas gramaticais apresentadas. Nas alternativas (A) e (B), o “que” é conjunção integrante; na alternativa (C), integra a locução conjuntiva final “para que”. Somente na alternativa (D) atua como pronome relativo, pois retoma o antecedente “um plano de ação municipal”, conecta as orações e exerce a função de sujeito do verbo “fortaleça”. A eventual imprecisão na referência a um parágrafo somente justificaria a anulação se impedisse a identificação do trecho ou criasse dúvida sobre qual ocorrência deveria ser analisada. Isso não acontece, pois todas as passagens estão transcritas integralmente e são facilmente reconhecíveis. Assim, não houve prejuízo objetivo nem possibilidade de indução ao erro. Mantém-se como gabarito a alternativa (D).
06	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. O recurso confunde a facultatividade do artigo definido antes do pronome possessivo com a facultatividade do acento grave na construção efetivamente apresentada. Na alternativa (A), o artigo plural “as” está expresso em “às suas equipes”. Como o substantivo “apoio” exige a preposição “a”, ocorre obrigatoriamente a contração: “apoio a + as suas equipes = apoio às suas equipes”. A simples retirada do acento resultaria em “apoio as suas equipes”, construção inadequada, pois não representaria corretamente a preposição exigida por “apoio”. É verdade que a norma-padrão também admite “apoio a suas equipes”. Entretanto, essa forma não resulta apenas da retirada do acento: exige a supressão do artigo “as”: “apoio às suas equipes”: preposição “a” + artigo “as”; “apoio a suas equipes”: preposição “a”, sem artigo; “apoio as suas equipes”: construção incorreta. Assim, as referências citadas no recurso confirmam a possibilidade de empregar ou omitir o artigo antes do possessivo, mas não demonstram que o acento possa ser simplesmente retirado da frase apresentada na alternativa (A). Uma vez empregado o artigo plural “as”, o acento grave é obrigatório. Na alternativa (B), diferentemente, a retirada do acento não exige a supressão de nenhuma palavra: “A coordenadora dirigiu-se até à entrada do auditório.” “A coordenadora dirigiu-se até a entrada do auditório.” Depois da preposição “até”, admite-se o emprego ou a ausência de outra preposição “a”. Por isso, o acento grave pode ser retirado sem qualquer outra alteração na frase. Portanto, somente a alternativa (B) apresenta emprego facultativo do acento grave na estrutura submetida à análise. Não há duplicidade de respostas, razão pela qual se mantém o gabarito preliminar. O próprio recurso demonstra que as duas construções indicadas



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		não se diferenciam apenas pela presença ou ausência do acento grave: “apoio às suas equipes” “apoio a suas equipes”. Na primeira forma, estão presentes a preposição “a” e o artigo plural “as”: “apoio a + as suas equipes = apoio às suas equipes”. Na segunda, permanece apenas a preposição exigida pelo substantivo “apoio”, pois o artigo foi suprimido: “apoio a + suas equipes = apoio a suas equipes”. Portanto, o que é facultativo antes do pronome possessivo é o emprego do artigo definido. Uma vez empregado o artigo plural “as”, como ocorre na alternativa (A), sua contração com a preposição “a” é obrigatória. Não se pode simplesmente retirar o acento da frase apresentada, pois o resultado seria: “O município garantiu apoio as suas equipes.” Essa construção está incorreta, já que não representa a preposição exigida por “apoio”. Para obter a forma correta sem crase, seria necessário não apenas retirar o acento, mas também substituir “as” por “a”, em razão da supressão do artigo: “apoio às suas equipes” → “apoio a suas equipes”. A referência gramatical mencionada pelo candidato confirma a facultatividade do artigo diante do possessivo, mas não autoriza a retirada isolada do acento da estrutura “às suas equipes”. Na alternativa (B), diferentemente, o acento pode ser retirado sem a supressão ou substituição de nenhum elemento: “A coordenadora dirigiu-se até à entrada do auditório.” “A coordenadora dirigiu-se até a entrada do auditório.” Após “até”, admite-se tanto o emprego da preposição “a”, formando “até à entrada”, quanto sua ausência, resultando em “até a entrada”. O artigo feminino “a” permanece nas duas construções. Assim, somente a alternativa (B) apresenta um caso em que o acento grave empregado pode ser retirado sem qualquer outra alteração na frase. Não há duplicidade de respostas, razão pela qual se mantém o gabarito oficial. O recurso reconhece que, após “até”, são admitidas duas estruturas pela norma-padrão: “A coordenadora dirigiu-se até à entrada do auditório.” “A coordenadora dirigiu-se até a entrada do auditório.” Essa possibilidade confirma precisamente o que foi solicitado no comando: a identificação da alternativa em que o acento grave pode ser empregado ou retirado sem prejuízo da correção gramatical. Na primeira construção, além da preposição “até”, emprega-se a preposição “a”, que se contrai com o artigo feminino “a”: “até + a + a entrada = até à entrada”. Na segunda, a preposição “até” introduz diretamente o termo, seguida apenas do artigo feminino: “até + a entrada = até a entrada”. O fato de a facultatividade decorrer da possibilidade de empregar ou não a preposição “a” depois de “até”, e não da



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		variação do artigo, não invalida a questão. O enunciado não perguntou qual elemento gramatical provoca a facultatividade nem restringiu a resposta aos casos de artigo facultativo. Perguntou apenas em qual alternativa “o emprego do acento grave indicativo de crase é facultativo”. Na alternativa (B), esse acento efetivamente pode ser mantido ou retirado. A denominação “crase facultativa após até” é tradicionalmente empregada no ensino normativo justamente para descrever essa alternância. A explicação sintática mais detalhada apresentada no recurso esclarece o mecanismo, mas não modifica o resultado: ambas as formas são corretas, e o acento grave é facultativo na frase. O próprio candidato confirma ainda que, na alternativa (A), uma vez empregado o artigo plural “as”, a contração em “às” é obrigatória; nas alternativas (C) e (D), o acento grave também é obrigatório. Portanto, a alternativa (B) é a única que atende ao comando. Não há impropriedade técnica nem ausência de resposta válida. Mantém-se o gabarito oficial. A fonte anexada apresenta de forma simplificada dois contextos tradicionalmente associados à facultatividade da crase: antes de possessivo feminino e depois da preposição “até”. Entretanto, a aplicação dessas regras exige a análise da estrutura efetivamente apresentada em cada alternativa. Na alternativa (A), há o seguinte: “O município garantiu apoio às suas equipes de saúde mental.” O substantivo “apoio” exige a preposição “a”, e o artigo plural “as” já está presente antes de “suas equipes”. Por isso, a contração é obrigatória: “apoio a + as suas equipes = apoio às suas equipes”. Admite-se também a construção “apoio a suas equipes”, mas, nesse caso, o artigo “as” foi suprimido. Portanto, as duas formas corretas possuem estruturas diferentes: “apoio às suas equipes”: com preposição e artigo; “apoio a suas equipes”: com preposição, sem artigo. A simples retirada do acento da alternativa produziria “apoio as suas equipes”, construção inadequada. Logo, na frase apresentada, o acento não é facultativo; facultativo é o emprego do artigo antes do possessivo. Na alternativa (B), diferentemente, o acento pode ser retirado sem a supressão ou substituição de nenhum elemento: “A coordenadora dirigiu-se até à entrada do auditório.” “A coordenadora dirigiu-se até a entrada do auditório.” Depois de “até”, pode-se empregar ou não outra preposição “a”. Na primeira construção, essa preposição contrai-se com o artigo “a”; na segunda, permanece apenas “até”, seguida do artigo feminino. O acento grave pode, portanto, ser retirado mantendo-se intactos os demais elementos da frase. Assim, a referência apresentada não comprova duplicidade de respostas. Ela confirma a facultatividade do artigo antes do possessivo, fenômeno diferente da retirada facultativa do acento na estrutura dada. Somente a alternativa (B) atende ao comando da questão. Mantém-se o gabarito oficial.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		O recurso confunde a facultatividade do artigo definido antes do pronome possessivo com a possibilidade de retirar apenas o acento grave da construção apresentada na alternativa (A). Na frase “O município garantiu apoio às suas equipes de saúde mental”, o substantivo “apoio” exige a preposição “a”, e o artigo plural “as” está efetivamente presente. Portanto, ocorre obrigatoriamente a contração: “apoio a + as suas equipes = apoio às suas equipes”. A norma-padrão também admite “apoio a suas equipes”, mas essa forma não resulta apenas da retirada do acento. Nela, o artigo plural “as” foi suprimido: “apoio às suas equipes”: preposição “a” + artigo “as”; “apoio a suas equipes”: preposição “a”, sem artigo; “apoio as suas equipes”: construção incorreta. Assim, o que é facultativo nesse contexto é o emprego do artigo definido antes do possessivo. Uma vez empregado o artigo “as”, como na redação da alternativa (A), a contração com a preposição e o acento grave são obrigatórios. O fato de o possessivo estar no plural torna essa diferença graficamente evidente. Na alternativa (B), ao contrário, o acento pode ser retirado sem supressão ou substituição de nenhum elemento: “A coordenadora dirigiu-se até à entrada do auditório.” “A coordenadora dirigiu-se até a entrada do auditório.” Depois da preposição “até”, admite-se o emprego ou a ausência de outra preposição “a”. Na primeira forma, essa preposição contrai-se com o artigo “a”; na segunda, permanece somente “até”, seguida do artigo feminino. A referência ao Manual de Comunicação do Senado não afasta essa distinção. A regra sobre possessivos diz respeito à possibilidade de empregar ou omitir o artigo, enquanto a questão solicita a alternativa em que o acento utilizado na construção apresentada pode ser retirado. Portanto, a alternativa (A) não apresenta acento facultativo na forma em que foi redigida. Somente a alternativa (B) atende ao comando, não havendo dupla possibilidade de gabarito. Mantém-se a resposta oficial.
07	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. O recurso não reproduz fielmente a alternativa (C). Na prova, a frase foi apresentada com a forma verbal “Convêm”, com acento circunflexo: “Convêm, ainda que persistam dificuldades estruturais no município, a articulação entre a Atenção Básica, o Caps e a atenção hospitalar.” No recurso, porém, o candidato substituiu “Convêm” por “Convém” e analisou a frase já corrigida. O sujeito posposto do verbo “convir” é “a articulação entre a Atenção Básica, o Caps e a atenção hospitalar”. O núcleo do sujeito é o substantivo singular “articulação”; portanto, a forma correta seria “convém”, no singular: “Convém [...] a articulação entre a Atenção Básica, o Caps e a atenção hospitalar.” A forma “convêm”, empregada na alternativa original,



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		corresponde à terceira pessoa do plural e seria adequada diante de sujeito plural, como em “Essas medidas convêm ao município”. Logo, a alternativa (C), tal como efetivamente apresentada na prova, contém erro de concordância verbal. O verbo “persistam” está corretamente flexionado no plural para concordar com “dificuldades estruturais”, mas isso não elimina o erro existente na oração principal. Na alternativa (D), “ocorre” concorda corretamente com o sujeito posposto singular “avanço significativo”, enquanto “trabalham” concorda com o sujeito composto “profissionais e gestores”. Portanto, o recurso considera correta uma redação diferente daquela apresentada na prova. Somente a alternativa (D) atende integralmente à norma-padrão, mantendo-se o gabarito oficial. A regra de concordância citada pelo candidato está correta, mas foi aplicada a uma transcrição equivocada da alternativa C. No caderno de prova, consta “Convêm”, com acento circunflexo, forma verbal correspondente à terceira pessoa do plural. Entretanto, o sujeito é “a articulação entre a Atenção Básica, o Caps e a atenção hospitalar”, cujo núcleo, “articulação”, está no singular. A forma adequada seria, portanto, “Convém a articulação”. A oração intercalada “ainda que persistam dificuldades estruturais no município” não altera essa relação de concordância. Inclusive, a fotografia anexada ao próprio recurso permite visualizar o acento circunflexo em “Convêm”, contrariando a transcrição apresentada pelo candidato. Na alternativa D, por sua vez, o verbo “ocorre” concorda corretamente com o núcleo singular do sujeito posposto “avanço significativo”. Logo, apenas a alternativa D atende à norma-padrão, inexistindo duplicidade de respostas ou motivo para anulação da questão. Mantém-se o gabarito.
08	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A candidata sustenta que a expressão “de Saúde Mental” poderia ser classificada como adjunto adnominal ou complemento nominal. Entretanto, essa suposta divergência não se confirma no contexto apresentado. Em “Seminário Intersectorial de Saúde Mental”, o termo preposicionado especifica a natureza ou a área temática do seminário. Não corresponde ao alvo de uma ação expressa pelo substantivo nem completa um nome de sentido incompleto. Trata-se, portanto, de adjunto adnominal, assim como ocorre com: “de São José de Ribamar”, que especifica o Centro de Atenção Psicossocial; “da rede municipal”, que delimita o grupo ao qual pertencem os profissionais. Situação diferente ocorre em “aprimoramento das políticas públicas”. O substantivo abstrato “aprimoramento” deriva do verbo “aprimorar”, e “as políticas públicas” representam o elemento submetido à ação: aprimorar as políticas públicas. A expressão exerce, assim, a função de complemento nominal. A simples indicação de obras gramaticais, sem a apresentação



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		de regra ou exemplo que demonstre a alegada dupla classificação de “de Saúde Mental” nessa construção específica, não comprova ambiguidade. Há apenas uma expressão com função diferente: “das políticas públicas”, na alternativa D. Mantém-se o gabarito. A argumentação confunde a forma da preposição com a função sintática exercida pelo termo. A presença ou a ausência de artigo depois da preposição “de” não determina se uma expressão é adjunto adnominal ou complemento nominal. Essa classificação depende da relação sintática e semântica estabelecida com o nome anterior. Por isso, a afirmação de que as formas “da” e “do”, por resultarem da contração de preposição com artigo, exerceriam necessariamente a função de complemento nominal não encontra respaldo gramatical. Em “profissionais da rede municipal”, por exemplo, “da rede municipal” apenas delimita quais são os profissionais e exerce a função de adjunto adnominal, embora haja a contração “da”. Do mesmo modo, “de Saúde Mental” especifica a área temática do “Seminário Intersetorial” e também funciona como adjunto adnominal. A ausência de artigo não torna essa expressão sintaticamente diferente das alternativas A e C. Já em “aprimoramento das políticas públicas”, o termo “das políticas públicas” completa o sentido do substantivo abstrato e de origem verbal “aprimoramento”. As políticas públicas são aquilo que se pretende aprimorar, razão pela qual a expressão é complemento nominal. Assim, as alternativas A, B e C apresentam adjuntos adnominais, enquanto somente a alternativa D apresenta complemento nominal. Não há fundamento para a alteração do gabarito nem para a anulação da questão.
11	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. Diferente do que alega o candidato, a “Educação Cósmica” é, de fato, um dos pilares reconhecidos do Método Montessori (voltado especialmente para a segunda infância). A redação trazida na alternativa C (<i>“é a forma como o professor deve levar o conhecimento às crianças, sempre de forma organizada”</i>) sintetiza simplificada o papel mediador do educador na apresentação da visão holística do universo. A expressão “levar o conhecimento” utilizada no item refere-se à introdução organizada dos grandes temas, e não à imposição do modelo tradicional de ensino. Em face do exposto, verifica-se que a questão atendeu perfeitamente ao rigor científico e pedagógico. A alternativa D é a única que apresenta um termo completamente alheio aos pilares da Pedagogia Montessoriana.
13	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	DEFERIDO para anulação.
18	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A questão solicita a identificação da única alternativa incorreta sobre a história e a geografia do município de São José de



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Ribamar. O gabarito aponta a alternativa D, e a análise das quatro proposições confirma a existência de uma única resposta possível. A alternativa D é a única incorreta, por conter erro geográfico objetivo, verificável e incontroverso. O município de São José de Ribamar situa-se na Ilha de Upaon-Açu — denominação de origem tupi da Ilha do Maranhão, também referida como Ilha de São Luís —, a qual é politicamente compartilhada por quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Essa configuração é reconhecida pelo IBGE, pelo IMESC e pela própria legislação estadual que instituiu a Região Metropolitana da Grande São Luís. A afirmação de que o território ribamarense "está situado na porção continental do estado, não fazendo parte da Ilha de Upaon-Açu" contraria, portanto, dado geográfico elementar e notório, inclusive vivenciado cotidianamente pela população local. Sendo o comando "assinale a única alternativa incorreta", a alternativa D atende ao comando de forma inequívoca. A alternativa A é correta e reproduz a historiografia oficial. O histórico do município publicado pelo IBGE registra expressamente que o atual município foi primitivamente aldeia dos índios Gamelas, localizada em terras dos religiosos da Companhia de Jesus, concedidas por datas e sesmarias pelo governador Francisco Coelho de Carvalho em 16 de dezembro de 1627. A mesma informação consta do Livro do Tombo da Paróquia/Santuário de São José de Ribamar (apud MARQUES, 1870) e da historiografia local, que registra os primeiros habitantes como os Tupinambás, conhecidos no território ribamarense como "Grandes" ou "Gamelas". A eventual alegação de que os habitantes originários seriam Tupinambás, e não Gamelas, não socorre o recorrente: as fontes oficiais e locais empregam as designações como equivalentes para os grupos que ocupavam o território ribamarense, e a alternativa reflete exatamente a terminologia consagrada no histórico oficial do município. A alternativa B é correta e corresponde à historiografia municipal consolidada, que registra que, em 1757, por meio de alvará, o governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa restituiu a liberdade aos indígenas, concedeu-lhes as terras e ordenou a construção de casas para a fixação de casais. Eventual alegação de que a restituição da liberdade decorreria do Alvará régio de 7 de junho de 1755, e não de ato de 1757, não invalida a proposição: o Alvará de 1755 é o diploma régio que determinou a medida, ao passo que a sua execução no território ribamarense deu-se em 1757, quando o governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, no contexto da implantação do Diretório pombalino — que entre julho de 1757 e agosto de 1758 converteu onze antigos



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		aldeamentos maranhenses em vilas e lugares —, fez a declaração formal do Alvará na aldeia, na presença do padre jesuíta ali residente, restituindo aos índios a posse das terras e a liberdade de suas pessoas e elevando a aldeia à categoria de lugar. É precisamente esse ato de 1757 que a historiografia aponta como o início da vida política do município. Não há, portanto, erro na proposição, que descreve o ato local de execução, e não o diploma régio que o fundamentou. A alternativa C é correta e reproduz de forma praticamente literal o histórico oficial do IBGE: o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de São José de Ribamar, pela Lei Estadual nº 636, de 11 de março de 1913, sendo desmembrado de São Luís; e, por sucessivas vezes, o município foi extinto e restaurado — figurou como distrito de São Luís nas divisões territoriais de 1936 e 1937, foi recriado pelo Decreto-Lei Estadual nº 820/1943, novamente extinto em 1947 e definitivamente restabelecido pela Lei Estadual nº 758, de 24 de setembro de 1952 —, o que confirma a expressão "desmembrado de São Luís, por sucessivas vezes". Diante do exposto, havendo três proposições em conformidade com as fontes oficiais (IBGE, historiografia municipal e paroquial) e uma única proposição portadora de erro objetivo — a alternativa D —, inexistente duplicidade de respostas ou vício capaz de comprometer o item. Mantém-se o gabarito na alternativa D. BIBLIOGRAFIA ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1. ed. 1942). DAHER, Andrea. O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ÉVREUX, Yves d'. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. A França Equinocial. Dossiê BNDigital. Rio de Janeiro: FBN, [s.d.]. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. Villegagnon e a França Antártica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Biblioteca do



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Exército, 2000. MEIRELES, Mário Martins. França Equinocial. 2. ed. São Luís: Alumar, 1991. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. BOXER, Charles R. O império marítimo português (1415-1825). Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CARDOSO, Alírio. Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação (1580-1655). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706). Belém: Açaí; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2010. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. IPHAN. Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial (UNESCO, 1997). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. IBGE. Áreas territoriais dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Série Relatórios Metodológicos, v. 45). IBGE. Cidades@: São José de Ribamar (MA) — panorama e histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.
19	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A questão versa sobre manifestação notória da cultura ribamarense — o Lava-Pratos —, expressamente prevista no conteúdo programático de Conhecimentos Gerais (Estado e Município), e apresenta resposta única na alternativa B. O Lava-Pratos de São José de Ribamar é tradição octogenária que marca o encerramento oficial do período carnavalesco no Maranhão, sendo realizado sempre no fim de semana seguinte à Quarta-feira de Cinzas — exatamente como descreve a alternativa B. Trata-se de característica definidora e amplamente documentada da festa: a manifestação é reconhecida como o primeiro carnaval fora de época do Brasil, e sua origem remonta ao chamado Carnaval da Vitória, de 1946, quando, em alusão ao fim da Segunda Guerra Mundial, agremiações carnavalescas de São Luís iniciaram a peregrinação a São José de Ribamar no fim de semana posterior ao carnaval oficial, consolidando a tradição que em 2026 alcançou sua 80ª edição. A própria Prefeitura de São José de Ribamar, nas divulgações oficiais do evento, o define como a festa que "encerra oficialmente o Carnaval no Maranhão", realizada "sempre no fim de semana após a Quarta-feira de Cinzas". As demais alternativas não correspondem à natureza da manifestação. A alternativa A ("festa religiosa pós-natal") atribui ao Lava-Pratos caráter religioso e referência temporal natalina inexistentes: trata-se de festa profana, de natureza carnavalesca, vinculada ao ciclo de Momo, e não ao ciclo natalino. A alternativa C ("romaria de cunho religioso") confunde o Lava-Pratos com manifestação distinta do calendário ribamarense — o Festejo de São José de Ribamar, realizado em setembro, este sim a grande romaria religiosa do município, que atrai centenas de milhares de romeiros ao Santuário do padroeiro. A coexistência das duas tradições no calendário local não autoriza a fusão de seus conceitos: o próprio enunciado delimita o objeto da pergunta ao Lava-Pratos. A alternativa D ("celebração da fundação do município") tampouco encontra qualquer respaldo: a festa não guarda relação com a data de fundação ou de emancipação do município. O comando é claro, o objeto é notório e a alternativa B descreve com precisão a característica essencial e historicamente documentada da manifestação. Inexistindo ambiguidade, duplicidade de respostas ou extrapolação do conteúdo programático, mantém-se o gabarito na alternativa B.



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		BIBLIOGRAFIA ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1. ed. 1942). DAHER, Andrea. O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ÉVREUX, Yves d'. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. A França Equinocial. Dossiê BNDigital. Rio de Janeiro: FBN, [s.d.]. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. Villegagnon e a França Antártica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Biblioteca do Exército, 2000. MEIRELES, Mário Martins. França Equinocial. 2. ed. São Luís: Alumar, 1991. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. BOXER, Charles R. O império marítimo português (1415-1825). Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CARDOSO, Alírio. Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação (1580-1655). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706). Belém: Açaí; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2010. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Edusp, 1975. IPHAN. Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial (UNESCO, 1997). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. IBGE. Áreas territoriais dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Série Relatórios Metodológicos, v. 45). IBGE. Cidades@: São José de Ribamar (MA) — panorama e histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.
20	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	DEFERIDO para anulação.
21	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A questão explora a Greve de 1951 em São Luís e o significado da expressão "Balaçada Urbana", empregada por estudiosos e intérpretes do episódio, e apresenta resposta única na alternativa B. O enunciado fornece ao candidato todos os elementos necessários à resolução: a greve de 1951 — que paralisou a capital por 35 dias, em dois períodos (fevereiro/março e setembro/outubro) — é interpretada pela historiografia como contestação ao vitorinismo, reforço do epíteto de São Luís como "Ilha Rebelde" e, simultaneamente, disputa intraoligárquica. O comando pergunta, então, a que se deve o uso da expressão "Balaçada Urbana" do ponto de vista social, com a indicação expressa e delimitadora "(categorias)". A analogia com a Balaçada (1838–1841) construída pelos intérpretes do episódio funda-se precisamente na composição social dos dois movimentos. A Balaçada oitocentista caracterizou-se pela participação de segmentos sociais diversos



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		e não unificados — vaqueiros, lavradores, artesãos e escravizados, estes liderados por Cosme Bento das Chagas —, sem projeto político comum, o que a historiografia designa como movimento social heterogêneo e fragmentado. De modo análogo, a greve de 1951 congregou categorias sociais múltiplas e distintas — estudantes, trabalhadores de diferentes ofícios, comerciantes, profissionais liberais e setores populares —, unidas circunstancialmente na contestação ao vitorinismo, mas sem constituírem bloco social único. É exatamente esse traço — a pluralidade de categorias sociais participantes — que justifica a transposição do nome do movimento oitocentista para o episódio urbano de 1951. O caráter social do movimento, do ponto de vista das categorias, é, portanto, heterogêneo, como enuncia a alternativa B. As alternativas A ("homogêneo") e C ("unificado") afirmam justamente o oposto da característica que fundamenta a analogia histórica: se a greve tivesse sido protagonizada por categoria social única ou por bloco unificado, a comparação com a Balaiada — movimento marcado pela diversidade e pela fragmentação de seus participantes — careceria de sentido. A alternativa D ("separatista") atribui aos movimentos natureza política que nenhum deles possuiu: nem a Balaiada nem a greve de 1951 tiveram caráter separatista, sendo a primeira uma revolta do período regencial sem projeto de secessão e a segunda um movimento de contestação política local, de modo que a proposição não encontra respaldo em qualquer corrente interpretativa. Registre-se, por fim, que o próprio enunciado, ao qualificar a greve como "disputa intraoligárquica" e ao aludir à interpretação dos estudiosos, orienta o candidato para a leitura social do fenômeno. BIBLIOGRAFIA ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1. ed. 1942). DAHER, Andrea. O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ÉVREUX, Yves d'. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. A França Equinocial. Dossiê BNDigital. Rio de Janeiro: FBN, [s.d.]. Disponível em:



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		https://bndigital.bn.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. Villegagnon e a França Antártica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Biblioteca do Exército, 2000. MEIRELES, Mário Martins. França Equinocial. 2. ed. São Luís: Alumar, 1991. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. BOXER, Charles R. O império marítimo português (1415-1825). Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CARDOSO, Alírio. Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação (1580-1655). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706). Belém: Açaí; Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2010. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. ABBEVILLE, Claude d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. IPHAN. Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial (UNESCO, 1997). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 26 ago. 2026. LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2012. MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 3. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 2001. IBGE. Áreas territoriais dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil:



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Série Relatórios Metodológicos, v. 45). IBGE. Cidades@: São José de Ribamar (MA) — panorama e histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar. Acesso em: 26 ago. 2026. IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.
31	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. “ a questão é clara e objetiva: “O professor reorganizou suas aulas, adaptando regras, diversificando as práticas corporais e criando estratégias para que todos os alunos participassem das atividades, independentemente de seu nível de desempenho, favorecendo a participação, a aprendizagem e a reflexão sobre a cultura corporal de movimento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de Educação Física apresentam três aspectos fundamentais para orientar a prática pedagógica do professor Alternativa (B), está correta, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Educação Física, um dos aspectos fundamentais que orientam a prática pedagógica é o princípio da inclusão. A sistematização dos objetivos, conteúdos, processos de ensino, aprendizagem e avaliação deve ter como meta incluir todos os alunos na cultura corporal de movimento, por meio da participação efetiva e da reflexão crítica. O documento busca superar a tradição de selecionar apenas os estudantes com maior desempenho físico, garantindo oportunidades de aprendizagem para todos. Alternativa (D), incorreta, os PCNs rejeitam práticas pedagógicas baseadas na seleção dos alunos por aptidão física. Este princípio impõe que o treinamento deve ser estruturado com foco na performance esportiva e considerando as características da prova em si, além de levar em conta a capacidade física predominante, o sistema energético, segmentos corporais e coordenações psicomotoras
36	ANULAÇÃO DE QUESTÃO.	INDEFERIDO. A questão é clara e objetiva: utilizando-se como base documento oficial PCN, pg.25 (tema: ALGUMAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR), na qual nem consta no documento a abordagem sistêmica, não citando o autor: BETTI, M. Educação Física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991. “Questão: Durante o planejamento de uma unidade temática sobre esportes coletivos, o professor de Educação Física organizou atividades para que os estudantes analisassem a origem histórica das modalidades, discutissem suas relações com a sociedade, refletissem sobre desigualdades presentes no esporte e, posteriormente, vivenciassem adaptações das regras visando ampliar a participação de todos. Essa prática pedagógica aproxima-se principalmente de qual abordagem da

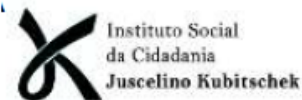


RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		Educação Física Escolar, de acordo com os parâmetros curriculares.” Visão crítica “Os alunos propõe uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade, após a reflexão proporam mudanças para mudar a realidade, OU SEJA, vivenciassem adaptações das regras visando ampliar a participação de todos”, transformando a realidade excludente do esporte em uma manifestação da cultura do movimento. Essa pratica pedagógica do professor segundo PCN, aproxima-se PRINCIPALMENTE, a abordagem crítica-superadora, conforme consta no documento oficial, que serve de base para questão. PCN (2018, pg.25) “a respeito da abordagem pedagógica: “Abordagens críticas Com apoio nas discussões que vinham ocorrendo nas áreas educacionais e na tentativa de romper com o modelo hegemônico do esporte praticado nas aulas de Educação Física, a partir da década de 80 são elaborados os primeiros pressupostos teóricos num referencial crítico, com fundamento no materialismo histórico e dialético. As abordagens críticas passaram a questionar o caráter alienante da Educação Física na escola, propondo um modelo de superação das contradições e injustiças sociais. Assim, uma Educação Física crítica estaria atrelada às transformações sociais, econômicas e políticas, tendo em vista a superação das desigualdades sociais. Esta abordagem levanta questões de poder, interesse e contestação. Acredita que qualquer consideração sobre a pedagogia mais apropriada deve versar não somente sobre como se ensinam e como se aprendem esses conhecimentos, mas também sobre as suas implicações valorativas e ideológicas, valorizando a questão da contextualização dos fatos e do resgate histórico. Busca possibilitar a compreensão, por parte do aluno, de que a produção cultural da humanidade expressa uma determinada fase e que houve mudanças ao longo do tempo. Essa reflexão pedagógica é compreendida como sendo um projeto político pedagógico. Político porque encaminha propostas de intervenção em determinada direção, e pedagógico porque propõe uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade, explicitando suas determinações Alternativa (D) Correta: A abordagem crítico-superadora propõe compreender a cultura corporal de forma crítica, relacionando as práticas corporais aos contextos históricos, sociais e culturais, promovendo a formação cidadã.
47	ANULAÇÃO DE QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	INDEFERIDO. A questão é clara e objetiva e utiliza como referência o que consta expresso no documento: “Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o trabalho pedagógico deve contemplar tanto lutas brasileiras quanto lutas originárias de diferentes países, ampliando o repertório cultural dos alunos. Assinale a alternativa correta”. Segundo a BNCC pg.218 descreve “A unidade temática Lutas focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2026

CARGO: PROFESSOR ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA



RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
		dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos países do mundo (judô, aikido, jiu-jítsu, muay thai, boxe, chinês boxing, esgrima, kendo etc.).” Alternativa (D) Correta: Conforme a BNCC, as lutas brasileiras incluem capoeira, huka-huka e luta marajoara, enquanto judô, aikido, jiu-jítsu, muay thai, boxe, chinês boxing, esgrima e kendo são exemplos de lutas de diferentes países. Referência: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.